

Membros da Comissão minimizam ato de Sarney

Das Sucursais do Rio
e Brasília

Os membros da **COMITENTE 86** Comissão Provisória de Estudos Constitucionais minimizaram ontem a decisão do

presidente José Sarney, de apenas enviar o anteprojeto de Constituição ao Congresso se os constituintes o solicitarem. O jornalista Mauro Santayana, 53, ex-secretário-geral da Comissão, disse que, ao receber o anteprojeto e divulgá-lo, o presidente, indiretamente, o levou ao Congresso. "Se o documento fosse oficialmente enviado ao Congresso, o trânsito de suas idéias seria dificultado", afirmou.

O sociólogo Cândido Mendes de Almeida, 60, relator de três dos dez subcomitês temáticos e candidato a deputado federal pelo PMDB do Rio, disse que houve "um erro de interpretação sobre as reais intenções do presidente". Segundo ele, a decisão

Resultado do trabalho não agradou o governo

Da Redação da Folha

O governo Sarney decidiu abandonar a paternidade do anteprojeto elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que ele próprio instituiu, porque os resultados do trabalho da Comissão ficaram à esquerda do que desejava o governo. Composta heterogeneamente,

aproveitando indicações de Tancredo Neves e outras de Sarney, então no quarto mês do seu governo, a Comissão terminou por aprovar emendas que distoam do figurino governamental. Por isso o governo trata o anteprojeto como uma contribuição a mais, quando de início deveria ser a sua (dele Executivo) proposta para o Congresso constituinte.

não significou uma crítica ao texto, mas que o presidente "tomará todas as medidas para que o projeto seja amplamente discutido pela sociedade, podendo se transformar até em uma bandeira para opções partidárias". O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, 89, disse que o anteprojeto da Comissão "sempre foi entendido por seus membros como

uma sugestão" ao Congresso constituinte. Segundo ele, "Tancredo pode ter inicialmente pensado em apresentar o nosso projeto como anteprojeto do governo, mas acredito que, se ele ainda fosse vivo, voltaria atrás, pois poderia expor o governo à recusa do projeto pelo Congresso".

O jurista Evaristo de Moraes Filho, 71, disse que o trabalho da Comissão

resultou no projeto de uma Constituição "progressista, que não é feita para manter o 'status quo', o que naturalmente gera polémicas". Apesar disso, ele não acha que tenha havido "uma recusa do presidente ao projeto". Para ele, "elaboramos a sugestão de um anteprojeto e, a partir de agora, ele (Sarney) faz o que quiser com aquilo".

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, 47, que também integrou a Comissão, entende o trabalho não foi encomendado à Comissão para ser encampado pelo governo e enviado ao Congresso constituinte. O trabalho da Comissão durou catorze meses e consumiu Cz\$ 3,8 milhões da Secretaria de Planejamento da Presidência. Sarney telefonou ontem pela manhã para o jurista Afonso Arinos, que presidiu a Comissão, desmentindo versão de que teria chamado o trabalho de estatizante e condenado o sistema semiparlamentarista adotado no anteprojeto.

Plenário quer ter bancada no Congresso constituinte

Da Reportagem Local

A formação de uma bancada comprometida com os movimentos populares no futuro Congresso constituinte é o objetivo da reunião do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, a partir das 14h30 de hoje, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no largo de São Francisco (centro da cidade).

A reunião deverá aprovar uma plataforma mínima de programa e os candidatos que se comprometerem com ela formarão a bancada. Entre as propostas da plataforma estão: o direito de sindicatos e associações profissionais, culturais e estudantis apresentarem projetos de lei ao Congresso; participação de entidades da sociedade civil nas discussões das comissões do Congresso constituinte; referendo popular da futura Constituição; revogação dos mandatos de parlamentares que não estejam cumprindo suas funções; direito amplo de greve e sindicalização do funcionalismo público; criminalização da tortura; perda sumária da propriedade urbana ou rural nos casos que a lei dispuser; extinção do Senado; e exame das negociações da dívida externa pelo Congresso.

Entre os candidatos que já se dispuseram a subscrever a plataforma estão os deputados Fernando Santana (PCB-BA), Elquisson Soares (PDT-BA), Aírton Soares (PMDB-SP), Alberto Goldman (PCB-SP), Irma Passoni (PT-SP), Aurélio Peres (PC do B-SP), Freitas Nobre (PMDB-SP), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Nadyr Rossetti (PDT-RS) e Manoel Costa Jr. (PMDB-MG). Além destes, os candidatos Hélio Bicudo (PT), Martha Godinho (PMDB), Rodolfo Konder (PCB), Audálio Dantas (PMDB) e Luís Eduardo Greenhalgh (PT), todos de São Paulo.

Dois dos coordenadores do Plenário, o advogado Carlos Eduardo Di Pietro, 47, e o arquiteto Francisco Whitaker Ferreira, 54, disseram ontem, durante reunião da entidade, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, na praça da Sé, 385 (centro da cidade), que muitas destas reivindicações já foram contempladas pelo anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Afonso Arinos. Entre elas, estão o direito amplo da greve, a iniciativa legislativa popular e o reconhecimento da objeção de consciência como motivo legítimo para a recusa ao serviço militar.

ANC -
CPEC